

A equipe econômica não trocou o alvo. Continua atirando na inflação.

Combater a inflação continua sendo a prioridade da equipe econômica, garante o assessor especial do Ministério da Economia, José Francisco Gonçalves. Na sua avaliação, a necessidade de reformas estruturais — uma iniciativa cada vez mais discutida inclusive pela ministra Zélia Cardoso de Mello — já estava entre os objetivos do governo desde a edição do Plano Collor, em março de 1990. “Era preciso trazer a inflação para níveis que não fossem explosivos e a partir daí avançar com reformas que permitam maior concorrência no mercado interno, com a reforma administrativa, a privatização de estatais e os investimentos em ciência e tecnologia”, observa Gonçalves.

O assessor discorda de quem interpreta as declarações mais recentes da ministra Zélia como uma admissão de que o crescimento econômico poderia ter roubado o papel de destaque imprimido ao combate à inflação. “O que queremos é crescimento com produtividade, e para isso estamos apresentando vários instrumentos, seja no Projeto de Reconstrução Nacional, o Projetão, ou no Programa de Competitividade Industrial”, explica.

Para reforçar sua tese de que as mudanças estruturais sempre foram uma preocupação da equipe econômica, ele lembra que nas duas tentativas frustradas de entendimento nacional, no ano passado, o governo procurou estimular essa discussão — que voltou à tona no Projetão apresentado em março pelo presidente Collor. “Isso já estava presente na proposta de campanha do presidente”, enfatiza.

Segundo Gonçalves, mudanças estruturais podem até refrear a expectativa inflacionária dos agentes econômicos. Um exemplo seria o alto custo que o exportador embute para o frete, por conta da ineficiência do sistema portuário: “Se esse exportador ti-

ver a certeza de que a mudança na estrutura portuária é uma das metas, e que está sendo levada adiante, pode rever essa expectativa de custo”. Por isso, o que está sendo feito agora, formal e organizadamente, é mostrar que essas mudanças estão ligadas ao combate à inflação.

“Se o governo tivesse priorizado alguma delas no ano passado, a inflação poderia ter escapado ao controle”, argumenta Gonçalves. “Com uma inflação de 90% ao mês é difícil convencer um empresário da necessidade de uma política industrial que o exponha a uma maior concorrência.” Des-



Flávio Canabarro/AE - 14.09.90

Gonçalves: primeiro derrubar a inflação, depois reformar a economia.

sa forma, coube ao Executivo tomar iniciativas como a apresentação da política industrial e de comércio exterior, no ano passado.

O discurso da equipe é o mesmo, assegura Gonçalves. “Falamos reiteradas vezes que faríamos um ajuste fiscal, e isso não mudou. Também não mudou o controle monetário, nem a disposição de proteger as finanças do País na renegociação da dívida externa”, reforça. A única variação esteve na maior ou menor ênfase dada à política de rendas, através do controle ou do congelamento de preços. “A diferença é que a saída do controle de preços, no ano passado, foi precipitada e encontramos dificuldades em agosto com os combustíveis e as antecipações salariais dadas pelas empresas”, explica o assessor.